ELISA FERNANDES BLASI

**Controle de constitucionalidade formal da lei penal pela
proporcionalidade: análise crítica sob o enfoque da dogmática penal**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Renato de Mello Jorge Silveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

ELISA FERNANDES BLASI

**Controle de constitucionalidade formal da lei penal pela
proporcionalidade: análise crítica sob o enfoque da dogmática penal**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação do Professor Titular Dr. Renato de Mello Jorge Silveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Fernandes Blasi, Elisa

Controle de constitucionalidade formal da lei penal pela proporcionalidade : análise crítica sob o enfoque da dogmática penal ; Elisa Fernandes Blasi ; orientador Renato de Mello Jorge Silveira -- São Paulo, 2020.

228

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Controle de constitucionalidade. 2. Direito penal. 3. Objetivismo ético. 4. Proporcionalidade. 5. Proibição de insuficiência. I. de Mello Jorge Silveira, Renato, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Blasi, Elisa Fernandes

Título: Controle de constitucionalidade formal da lei penal pela proporcionalidade: análise crítica sob o enfoque da dogmática penal

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
a obtenção do título de Mestre em Direito

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

RESUMO

BLASI, Elisa Fernandes. **Controle de constitucionalidade formal da lei penal pela proporcionalidade:** análise crítica sob o enfoque da dogmática penal. 2020. “228” fls. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O presente trabalho discorre sobre o controle de constitucionalidade formal da lei penal pela proporcionalidade a partir da análise crítica das teorias do direito versadas no cognitivismo ético e da problemática limitação do direito penal pelo direito constitucional. Ao tomar posicionamento na assunção da razão prática como método de aferição do sentido do direito penal, esta pesquisa parte da hipótese teórica da necessária releitura da proporcionalidade pela dogmática penal a qual, por sua vez, opera como o meio de integração da práxis penal na construção e interpretação do direito penal. Nesse sentido, a pesquisa confere os contornos teóricos para um controle de constitucionalidade formal da lei penal em dois níveis: o primeiro exige o cumprimento do princípio da legalidade mediante a estruturação do discurso jurídico por critérios racionais e o segundo demanda a análise da consideração e valoração pelo legislador penal das estruturas formais da proporcionalidade sob o enfoque penal.

Palavras chave: Controle de constitucionalidade. Direito penal. Objetivismo ético. Proporcionalidade. Proibição de insuficiência

ABSTRACT

BLASI, Elisa Fernandes. **Controle de constitucionalidade formal da lei penal pela proporcionalidade:** análise crítica sob o enfoque da dogmática penal. 2020. “228” fls. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This paper addresses the formal control of constitutionality of criminal law by proportionality from the critical analysis of the theories of law versed in ethical cognitivism and the problematic limitation of criminal law by constitutional law. By taking a stand on the assumption of practical reason as a method of understanding the meaning of criminal law, this research starts from the theoretical hypothesis of the necessary re-reading of proportionality by criminal dogmatics, which, in turn, operates as a means of integrating penal praxis in the construction and interpretation of criminal law. In this sense, the research provides the theoretical contours for a formal control of constitutionality of criminal law at two levels: the first requires compliance with the principle of legality by structuring the legal discourse by rational criteria and the second demands the analysis of the consideration and valuation by the criminal legislator of the formal structures of proportionality under the penal approach.

Keywords: Constitutionality control. Criminal law. Ethical objectivism. Proportionality. Prohibition of insufficiency

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PRIMEIRA PARTE.....	14
1. A CONSTRUÇÃO DA LEI PENAL E A DEMOCRACIA SUBSTANCIAL	14
1.1. Os óbices políticos à racionalidade discursiva e a falta de empenho laboral empírico pelo parlamento	23
1.2. Os limites da abrangência discursiva do parlamento e a necessidade de uma democracia substancial atrelada à política criminal demanda pela <i>práxis</i>	37
2. OS CONCEITOS DE DIREITO A PARTIR DA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO.....	46
2.1. Breves apontamentos sobre as propostas teóricas do positivismo jurídico	46
2.2. Breves apontamentos sobre as propostas teóricas dos <i>neoconstitucionalismos</i>	62
3. A QUESTÃO DA MORAL E DO DIREITO: A IMPORTANTE BUSCA PELA NEUTRALIDADE MORAL E NÃO VALORATIVA DO DIREITO	74
4. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE: NECESSÁRIA INTEGRAÇÃO DA RESERVA LEGAL DO PARLAMENTO COM A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL COM VISTAS À UMA DEMOCRACIA SUBSTANCIAL.....	97
SEGUNDA PARTE.....	112
5. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI PENAL.....	112
5.1. Valor e o conceito de delito.....	122
5.2. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos: a Constituição como um dos limites cognitivos do controle de constitucionalidade formal da lei penal e a problemática limitação do direito penal pelo direito constitucional	130
5.3. Proporcionalidade sob o enfoque penal e estrutura formal do conceito material de delito: necessária conformação entre a dogmática penal e constitucional	156
5.4. Dogmática penal como meio de inclusão da política criminal e fonte de valoração da lei penal.....	173

6. APROXIMAÇÃO À UMA HIPÓTESE PRÁTICA: A CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 5º, §1º, DA LEI Nº 13.254 DE 13 DE JANEIRO DE 2016, COM A ALTERAÇÃO PARCIAL DA REDAÇÃO PELO ARTIGO 1º DA LEI Nº 13.428, DE 30 DE MARÇO DE 2017, SOB O ENFOQUE DA PROPORCIONALIDADE COMO PROIBIÇÃO DE INSUFICIÊNCIA	179
7. CONCLUSÃO	205
8. BIBLIOGRAFIA	209

INTRODUÇÃO

A expressão sociedade complexa é comumente suscitada para identificar um sentido social composto de atos comunicacionais que em cada realização provocam novos atos comunicacionais. A evolução do conhecimento humano emergiu com a assunção desse fenômeno não mais como um óbice, mas como a fonte do desenvolvimento social; passou-se a reconhecer essa pluralidade de atos comunicativos e buscar racionalidades capazes de incluir e não excluir essa pluralidade. Essa razão essencialmente prática constrói o sentido do mundo dos fatos a partir de axiomas que visam a estruturação do discurso. Por exemplo, uma racionalidade sistêmica *luhamaniana* assinala a relação binária lícito/ilícito como o meio de aferição do sentido do direito. Já pela ótica da razão argumentativa, é o consenso, regulado por elementos contrafáticos e aberto à impugnação empírica, o responsável pela entendimento intersubjetivo e, logo, do entendimento do sentido do direito.

A necessidade da existência de critérios cognitivos reside na fácil percepção que a pluralidade dos atos comunicacionais não se desenvolvem como uma sinfonia designada a um fim uníssono; as tensões sociais e a indelével aporia entre liberdade e segurança necessitam de um ponto de convergência racionalmente aferido. A ausência do mero direcionamento do agir humano em busca desse ponto, no que toca ao direito e, essencialmente, ao direito penal, é uma das fontes causais de um sistema penal que olvida um propósito, não logra em dar vazão as demandas sociais e que se alimenta, isto é, se expande por intermédio de atos legiferantes que insuflam a aporia a entre liberdade e segurança. Nesse sentido, o instituto da proporcionalidade funciona como uma estrutura formal argumentativa composta por critérios que operam como limites cognitivos ao legislador e ao intérprete da lei penal. Esses critérios, identificados na doutrina constitucional pelo trinômio idoneidade (adequação), necessidade e proporcionalidade em sentido *stricto*, sob o enfoque penal são conformados pelas hipóteses de merecimento e necessidade de pena.

.

Para o desenvolvimento dessa hipótese teórica, a presente pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira tem como objeto de fundo o desenvolvimento

teórico da jurisdicional constitucional e da construção do direito e esta subdividida em 4 capítulos. O Capítulo “1” discorre sobre a proliferação de atos legislativos como reposta circunstancial às crises de governabilidade e à multiplicação de demandas sociais tem como produto decisões políticas maculadas por vícios de racionalidade e, logo, de legitimidade. O parco labor empírico, a falta de compromisso em abarcar os variados discursos públicos no cotejo do consenso argumentativo e o dissenso como o limite indelével desse consenso, sustentam a importância da jurisdição constitucional na tutela da Constituição. É comum a identificação dessa tomada de ciência da importância do poder judiciário no controle de constitucionalidade dos atos legiferantes ordinários, oriundos do executivo e do parlamento, com a emergência de teorias do direito que se desenvolveram no segundo pós-guerra com a pauta de consolidação da força normativa da Constituição e que são por vezes identificadas pelo expressão neoconstitucionalismo.

Contudo, para além do equívoco na pretensão de limitar a força normativa e o papel da jurisdição constitucional àquelas hipóteses teóricas, entendidas como teorias justificadoras do direito, aquele paradigma provocou uma pouco profícua cisão retórica no discurso jurídico entre essas e as teorias positivistas ou descritivas do direito. É este limiar que torna a discussão pouco profícua eis que se volta à neutralidade valorativa do direito ao passo que, precisamente, o que se deveria busca é, tão somente, a neutralidade moral do direito. A abordagem das mais relevante hipóteses teóricas do direito que versam sobre essas questões encontra-se no Capítulo “2”.

Seguidamente, o Capítulo “3” situa a evolução no âmago do conhecimento humano ocorrida no século XX com o giro linguístico e que propiciou métodos de superação da filosofia da consciência pela filosofia da linguagem, isto é, da relação sujeito-objeto para a relação sujeito-sujeito. Assim, o sentido do mundo dos fatos não mais é aferido pela objetificação do conhecimento como algo externo ao sujeito e a construção de uma consciência objetiva compartilhada por todos, mas sim a partir da linguagem como meio de construção intersubjetiva da realidade, da práxis. O agir humano, então, passou a ser compreendido a partir da compreensão da linguagem. Assim, se por um lado o método empírico de aferição do direito, tal qual sustentado pelo positivismo, foi constrangido pela compreensão do direito como uma prática social e, logo, como uma prática subjetiva, igualmente a racionalidade kantiana se esvaziou diante da

pluralidade do sentido da linguagem e da insubsistência de um sentido uno de um juízo moral.

Ao assumir-se a hipótese de evolução do conhecimento pelo giro linguístico, ou seja, uma hipótese de racionalidade prática, notadamente, sob pena de indelével contradição, não subsiste a defesa de uma neutralidade valorativa do direito. A questão, contudo, gira em torno dos limites desse agir em face do direito posto, isto é, quais são os limites dessa atividade valorativa, em especial em sede de controle de constitucionalidade. Disso decorre o reconhecimento que o direito é uma prática de justificação cuja validade carece, contudo, de um método racional cujas estruturas formais sejam passíveis de serem conhecidas, analisadas e valoradas. Esse *prius* analítico, essencialmente estruturado pela filosofia analítica de Ludwig Wittgenstein, percorre a objetividade de estruturas formais linguísticas, mas não do seu conteúdo material. Em assim sendo, ao direito pode subsistir, contudo, a defesa por uma neutralidade moral do direito uma vez que do reconhecimento que juízos morais variados incidem no ato de construção e interpretação do direito, não se mostra contingente o reconhecimento que esses juízos morais configuram uma moral universal ou, mais precisamente, uma moral pública. O direito como prática social deve encontrar o sentido na incorporação e seleção de todos os atos comunicativos que constituem a linguagem sem que se recorra a uma espécie de catálogo de valores morais superiores à sociedade e sem que se descole, igualmente, do direito posto.

A compreensão do direito como prática social e, por tal, essencialmente valorativa, contudo, se depara com a problemática do resguardo do princípio da legalidade e, logo, da competência do parlamento na eleição da política criminal. A questão se torna mais sensível em sede de controle de constitucionalidade quando o intérprete da lei precisa aferir e limitar o sentido das normas constitucionais dotadas de ampla abrangência fática e normativa sem que, para tanto, viole o direito posto. Essas questões se crescem como aporias entre a jurisdição constitucional e a reserva do parlamento, mas podem encontrar um ponto de convergência na compreensão do princípio da legalidade como a conformação da autodeterminação do sujeito e a necessidade de critérios racionais na aferição do sentido do direito, tal qual desenvolve-se no Capítulo “4”. Compreendida a importância de tal princípio, é possível avançar à

segunda parte do trabalho que discorre sobre o controle de constitucionalidade formal da lei penal e que traz os Capítulos “5” e “6”.

O Capítulo “5” prefacia a releitura crítica do instituto da proporcionalidade, tal qual elaborado pela jurisprudência da Suprema Corte alemã e, posteriormente, instrumentalizada por Robert Alexy pelo trinômio idoneidade, necessidade e proporcionalidade em sentido *stricto*, sob o enfoque da dogmática penal. Essa análise crítica, em um primeiro momento, mostrou-se necessária diante do revolvimento empírico e eleição subjetiva entre possibilidades jurídicas demandadas pelo método da ponderação sobre o qual está estruturado o instituto da proporcionalidade por Robert Alexy. Em um segundo momento, esta pesquisa identificou a problemática da leitura dos direitos fundamentais como mandados de otimização para serem otimizados, ou seja, juízos morais objetivos que serão, posteriormente, na análise do caso concreto. Nesse sentido, a proporcionalidade tal qual estruturada pela dogmática constitucional, exclui o empenho laboral da dogmática penal uma vez que restringe a valoração da lei penal a estrita ponderação entre direitos fundamentais. Essa exclusão, contudo, igualmente exclui a possibilidade de aferição do sentido do direito a partir da práxis penal a qual é objeto da dogmática penal compromissada com a racionalidade, por exemplo, argumentativa ou sistêmica.

A evolução do conhecimento humano decorreu, também, a evolução ocorrida na teoria do delito. Hipóteses teóricas que sustentam a predeterminação da ocorrência causal de um resultado naturalístico pelo legislador, outras que sustentam a racionalidade neokantiana de aferição do delito a partir do estudo determinista-causal da política criminal e, ainda, as teorias do delito de cariz finalista que procuram o desvalor da ação no método descritivo/positivista, hoje se deparam com a impugnação de teorias normativas do delito, construídas a partir de racionalidades argumentativas e sistêmicas – integradas ou não. Uma vez que a racionalidade prática confere ao direito a possibilidade de ser compreendido, efetivamente, como a manifestação de uma demanda social, a sua incorporação ao discurso da dogmática penal permite o aperfeiçoamento de axiomas normativos como meios de incorporação da política criminal não apenas na interpretação do direito penal, mas na construção racional de um conceito material de delito.

Desse modo, propõem-se o controle de constitucionalidade formal da lei penal por intermédio da análise do compromisso e da valoração pelo legislador penal das estruturas que constituem um conceito material de delito projetadas àquele trinômio. Mais precisamente, trata-se de um controle de constitucionalidade formal de dois níveis. O primeiro diz com o estrito cumprimento do princípio da legalidade pelo legislador a fim de permitir a identificação da conduta proibida e do bem jurídico-penal. O segundo, diz com a aplicação do instituto da proporcionalidade no âmbito do qual os axiomas idoneidade e proporcionalidade em sentido *stricto* são conformados dentro da ideia de merecimento pena o qual, por sua, é estruturado pelos princípios da exclusiva proteção de bens jurídicos, da ofensividade e fragmentariedade do direito penal; o axioma necessidade, por sua vez, é estruturado pelo princípio da subsidiariedade do direito penal.

O direito penal deve ter como critério cognitivo a Constituição, mas não pode ser suprimido por uma compreensão das normas constitucionais descolada da realidade da práxis penal. Um exemplo da problemática da limitação do direito penal pelo direito constitucional é demonstrada no Capítulo “6” na análise do artigo 5º, §1º, da Lei nº 13.254 de 13 de janeiro de 2016, com a alteração parcial da redação pelo artigo 1º da lei nº 13.428, de 30 de março de 2017, o qual extinguiu a punibilidade das condutas previstos no artigo 1º e no artigo 2º, I, II e V da Lei nº 8.137/90, na Lei nº 4.729/65, nos artigos 297, 298, 299 e 337-A do Código Penal, no artigo 22 da Lei nº 7.942/86 e no artigo 1º da Lei nº 9.613/98.

Algumas hipóteses teóricas que compreendem a proporcionalidade não apenas como uma estrutura formal que visa coibir o excesso da intervenção penal, mas também como proibição de insuficiência, a qual vedaria a descriminalização de condutas que tutelavam bens jurídicos vinculados, direto ou indiretamente, a direitos fundamentais previstos na Constituição. Tal vedação, logo, constrangeria à inconstitucionalidade do mais acima referido dispositivo legal. Essa posição decorre da compreensão dos direitos fundamentais como um plexo de valores objetivos, externos e superiores, ao sujeito e que, por tal, carregariam imperativos de tutela oponíveis ao sujeito e ao Estado. Tal hipótese, contudo, precisaria superar o óbice na aferição de juízos morais objetivos e compartilhados por todos e, ademais, incorre uma indevida identificação da proibição de insuficiência com os imperativos de tutela. Em assim sendo e a partir da conformação dos capítulos deste

trabalho, é possível a conclusão pela constitucionalidade do artigo 5º, §1º, da Lei nº 13.254 de 13 de janeiro de 2016.

A pesquisa conclui pela importância da jurisdição constitucional na efetividade dos direitos fundamentais, em especial, em face da impossibilidade em se afirmar *ex ante* a legitimidade dos atos legiferantes, do executivo e do legislativo, e confia na capacidade de rendimento do controle de constitucionalidade formal da lei penal nessa empreitada. Para tanto, conclui pela necessidade em se aferir o direito a partir da análise das relações intersubjetivas e pela força normativa dos postulados da dogmática penal laborados a partir da conformação entre o direito posto e a prática.

7. CONCLUSÃO

Por intermédio da jurisdição constitucional a democracia ganha *status* de democracia substancial. O princípio democrático da soberania popular conformado com a força normativa dos direitos fundamentais operam como a fonte de aprimoramento da racionalidade dos atos estatais mediante a inclusão continua do dissenso pela oposição de elementos contrafáticos e empíricos ao consenso dos atos legiferaste oriundos do executivo e do parlamento. O controle de constitucionalidade da lei penal, contudo, não pode se limitar a um juízo de ponderação de direitos fundamentais limitado a uma compreensão estrita daqueles direitos e descolada da política criminal, isto é, da práxis penal.

Hipóteses teóricas do conceito de direito se dividem entre teorias descritivas e justificativas a fim de trilhar o método mais seguro de aferição do direito e, para tanto, se debruçam sobre a problemática relação entre direito e moral. A evolução do conhecimento humano propiciado pelo giro linguístico demonstrou que a manifestação do real ocorre dentro e nos limites da manifestação da linguagem ou dos símbolos e, por tal, é produto da relação intersubjetiva cujos participantes se articulam com vistas ao mútuo entendimento. Em assim sendo, não mais pode-se negar o direito como prática social e, assim, como discurso, ou seja, como justificação. Do reconhecimento dessa condição, mostra-se contingente a superação da neutralidade valorativa do direito ao passo que se abre o caminho para a neutralidade moral do direito.

Figura-se, então, a aporética relação entre a jurisdição constitucional e a reserva legal do parlamento e essa aporia se manifesta concretamente no princípio da legalidade. A adequada preocupação volta-se ao resguardo da função primordial da legalidade como fonte da autodeterminação do sujeito eis que à legalidade se tributa a liberdade e a igualdade. Nesse sentido, o questionamento residiria na falta de certeza, isto é, de segurança jurídica que o agir valorativo da jurisdição constitucional poderia criar. Contudo, em primeiro lugar, uma vez tomada a posição de assunção do direito como prática social, ou seja, como produto da linguagem, a determinação *ex ante* não exaure o sentido da lei tal qual será aplicada pelo intérprete de modo que não se pode

olvidar a determinação *ex post*. A segurança jurídica, logo, não reside na estrita determinação *ex ante* do texto legal, mas na racionalidade da sua interpretação, isto é, da racionalidade do discurso e justificação do intérprete. Em segundo lugar, é justamente em razão da inafastável existência de uma determinação *ex post* que a legalidade apenas funciona como uma efetiva fonte de autodeterminação do sujeito quando for capaz de incorporar ao direito posto a práxis de forma racional, ou seja, não a partir de um arbítrio subjetivo, mas por intermédio de um discurso racionalmente fundamentado.

A proporcionalidade sob o enfoque da dogmática penal se mostra como uma idônea estrutura formal argumentativa por intermédio de critérios que funcionam, a um só tempo, como limites cognitivos ao legislador penal e como axiomas de estruturação racional da justificação do intérprete da lei penal, em especial, em sede de controle de constitucionalidade formal. Tal se dá eis que esse controle formal se desenvolve a partir de dois critérios: o primeiro analisa o estrito cumprimento da legalidade mediante a descrição certa e determinada da lei penal e o segundo o compromisso e a valoração, pelo legislador, da proporcionalidade da intervenção penal sob o enfoque do merecimento e necessidade de pena. Nessa hipótese, não se adentra à política criminal eleita pela legislador vez essa análise deverá ser feita pelo controle de constitucionalidade material da lei penal por intermédio da valoração da fundamentação das estruturas do conceito material de delito a teor das demais normas constitucionais, dos princípios penais dessas decorrentes e da práxis penal.

No que toca à legalidade, exige-se a completa descrição da conduta proibida e do bem jurídico tutelado. Para que seja possível a compreensão do conteúdo normativo, a lei penal deve erigir-se a partir de um discurso jurídico dotado de publicidade e racionalidade, isto é, elaborado a partir de premissas estruturais formais dotadas de pretensão de validade, ou seja, voltadas ao entendimento mutuo ente os interlocutores. A proporcionalidade, por sua vez, figura como o segundo critério que exige do legislador o compromisso na análise e valoração das estruturas formais do conceito material de delito a fim de estruturar o discurso valorativo dos direitos fundamentais tutelados e afetados pela norma. A ideia de merecimento de pena é a conformação dos princípios da exclusiva proteção de bens jurídicos, da ofensividade e da fragmentariedade

do direito penal ao passo que a necessidade diz com a o princípio da subsidiariedade do direito penal.

A releitura da proporcionalidade sob o enfoque penal se mostrou necessária diante dos óbices teóricos e práticos apresentados pela doutrina constitucional versada na hipótese teórica de Robert Alexy. Essas duas espécies de óbices se encontram no conceito de mandado de otimização o principal problema vez que se trata de elevar as normas constitucionais ao patamar de juízos morais e, ademais, trata-se de exigir a ponderação de possibilidades empíricas e jurídicas para a aferição do conteúdo o direito fundamental. Para além da problemática fundamentação do objetivismo ético, ou seja, da sustentação de um juízo moral objetivamente compartilhado por todos e que prescinde, para tanto, do sujeito que se volta sobre si, o revolvimento empírico desborda dos limites da competência jurisdicional e a ponderação entre variantes jurídicas é colocada em movimento sem nenhum critério cognitivo.

As limitações da teoria *alexiana* são algumas das premissas identificadas pela presente pesquisa para a fundamentação da problemática limitação do direito penal pelo direito constitucional. Essa metodologia de aferição do sentido do direito penal, qual seja, a mera ponderação entre direitos fundamentais e compreensão estrita e dedutiva do sentido desses, desconsidera as proposições normativas da dogmática penal e, logo, promove uma compreensão (interpretação) dos direitos fundamentais e da norma objeto do controle de constitucionalidade descolada da realidade do sistema penal, isto é, da práxis. Essa exclusão é sensivelmente mais problemática no que toca ao intérprete da lei penal em sede de controle de constitucionalidade. O revolvimento empírico e contrafático da práxis penal são limitações inerentes às atribuições jurisdicionais, mas são promovidos pela dogmática penal desenvolvida sob o esboço de uma racionalidade argumentativa, sistêmica ou integradora desses dois métodos de aferição sentido do mundo dos fatos. Nessas hipóteses, a dogmática penal funciona como o meio de integração da política criminal na construção e interpretação do direito.

A importância da releitura da proporcionalidade sob o enfoque da dogmática penal pode ser aferida a partir de uma aproximação prática na análise da constitucionalidade do artigo 5º, §1º, da Lei nº 13.254 de 13 de janeiro de 2016, cujos

incisos possibilitam a extinção da punibilidade das condutas delitivas previstas nos seguintes dispositivos legais: no artigo 1º e no artigo 2º, I, II e V da Lei nº 8.137/90, na Lei nº 4.729/65, nos artigos 297, 298, 299 e 337-A do Código Penal, no artigo 22 da Lei nº 7.942/86 e no artigo 1º da Lei nº 9.613/98. Algumas hipóteses teóricas impugnariam a constitucionalidade daquele primeiro referido dispositivo legal diante da suposta inconstitucionalidade da lei que descriminaliza condutas que tutelam, direta ou indiretamente, direitos fundamentais em razão da violação ao princípio da proibição de insuficiência, a outra face da proporcionalidade. Contudo, esse entendimento não encontra respaldo legal uma vez que decorre, tão somente, de uma indevida identificação da proibição de insuficiência com os chamados imperativos de tutela e da elevação dos direitos fundamentais à condição de juízos morais objetivos, externos e superiores, ao sujeito e, por tal, oponíveis ao sujeito e ao Estado.

8. BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* E outros ensaios. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.

AGUADO CORREA, Teresa. *El principio de proporcionalidad en derecho penal*. Madrid: EDERSA, 1999.

ALBRECHT, Peter-Alexis. *Criminologia: uma fundamentação para o Direito Penal*. Tradução de Juarez Cirino dos Santos e Helena Schiessl Cardoso. Rio de Janeiro: Lumen Juris; Curitiba: ICPC, 2010.

ALCÁCER GUIRAO, Rafael. El derecho a la legalidad penal y los limites de actuación del Tribunal Constitucional In: MIR PUIG, Santiago; QUERALT KIMÉNEZ, Joan J. (dir.). BAUTISTA, Silvia Fernández (coord.). *Constitución y principios del Derecho Penal: algunas bases constitucionales*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2010.

_____. Prevención y garantías: conflicto y síntesis. In *Doxa*. N. 25 (2002). ISSN 0214-8876, pp. 139-175, p. 163. Disponível em: <https://doxa.ua.es/article/view/2002-n25-prevencion-y-garantias-conflicto-y-sintesis>. Último acesso em 05 de março de 2020.

ALCHOURRÓN, Carlos Alberto. *Análisis Lógico y Derecho*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991

ALCHOURRÓN, Carlos; BULYGIN, Eugenio. *Normative Systems*. New York-Wien: Editorial Springer-Verlag, 1971.

ALEXYY, Robert. *El concepto y la validez del derecho*. Tradução de Jorge M. Seña. Barcelona: Gedisa, 2004. p. 37 e seguintes.

_____. Juristische Grundlagenforschung: *Tagung der Deutschen Sektion der Internationalen Vereinigung für Rechts- und Sozialphilosophie (IVR)* vom 23. bis 25. September 2004 In Kiel Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005.

_____. *Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica*. Tradução Zilda Hutchinson Schild Silva. 2. ed. São Paulo: Landy, 2005.

_____. *Teoria discursiva do direito*. Organização e tradução Alexandre Travessoni Gomes Trivisomo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução Virgílio Afonso da Silva. 2. ed., 5. reimp. São Paulo: Malheiros, 2017.

ALVES, Fernando de Brito; OLIVEIRA, Guilherme Fonseca. Entre o esquema sujeito-objeto e o esquema sujeito-sujeito: considerações sobre um novo paradigma. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito* (RECHTD), v. 9, n. 2, p. 136-150, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6188004.pdf> . Acesso em: 16 jan. 2020.

AMBOS, Kai. ¿Es posible el desarrollo de un derecho penal sustantivo común para Europa?: algunas reflexiones preliminares. *Cuadernos de Política Criminal*, Madrid, n. 88, 2006. Disponível em: http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=58493. Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. El derecho penal internacional en la encrucijada: de la imposición ad hoc a un sistema universal basado en un tratado internacional. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, v. 10, n. 38, jul./set. 2010. Disponível em: http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=120936. Acesso em: 2 nov. 2019.

AMELUNG, Knut. El concepto de “bien jurídico” en la teoría de la protección penal de bienes jurídicos. In: HEFENDEHL, Roldand (ed.). *La teoría del bien jurídico: Fundamento de legitimación del Derecho penal o juego de abalorios dogmático?* Madrid: Marcial Pons, 2007.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Dogmática e Sistema Penal: Em Busca da Segurança Jurídica Prometida*. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994. ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. Crimes contra o sistema financeiro nacional In *Direito Penal Econômico: leis penais especiais*. 1. Vol. Luciano Anderson de Souza e Marina Pinhão Coelho Araújo (Coord.). São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

ARROYO ZAPATERO, Luis. A harmonização internacional do direito penal: idéias e processos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 84, p. 49-76., mai./jun. 2010. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=79706. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. *Derecho penal económico y constitución*. Revista Penal, ano 1, n. 1, 1997.

ASÚA, Jiménez de. *Tratado de Derecho Penal*. Concepto del derecho penal y de la Criminología, Historia y Legislación penal comparada. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 1950. tomo 1.

ATIENZA, Manuel. A vueltas con la ponderación. In: ATIENZA RODRÍGUEZ, Manuel; GARCÍA AMADO, Juan Antonio. *Un debate sobre la ponderación*. Lima: Palestra, 2016.

_____. *As razões do direito: teoria da argumentação jurídica*. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2003.

ATRIA, Fernando. *Lagunas en el derecho: una controversia sobre el derecho y la función judicial*. Madrid: Marcial Pons, 2005.

ÁVILA, Humberto. *Constituição, liberdade e interpretação*. São Paulo: Malheiros, 2019.

_____. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

AYER, Alfred Jules. *Language, truth and logic*. Londres: Penguin Books, 1971.

BACIGALUPO ZAPATER, Enrique. *Principios constitucionales de derecho penal*. Buenos Aires: Hammurabi, 1999.

_____. *Derecho penal y el estado de derecho*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2005.

_____. *Hacia el nuevo derecho penal*. Buenos Aires: Hammurabi, 2006.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais; comentários à Lei 9.613/2012, com alteração da Lei 12.683/2012. 4. Ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. Funciones instrumentales y simbólicas del derecho penal: una discusión en la perspectiva de la criminología crítica. In: RAMÍREZ, Juan Bustos. (Org.). *Pena y Estado: función simbólica de la pena*. 1. ed. Santiago de Chile: Editora Jurídica ConoSur Ltda., 1995, p. 37-57.

BARBERIS, Mauro. *Giuristi e filosofi: una storia della filosofia del diritto*. Bologna: Il Mulino, 2016.

_____. Neocostituzionalismo, democrazia e imperialismo della morale. *Ragion Pratica*, n. 14, p. 147-162, 2000.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. *Da teoria do bem jurídico como critério de legitimidade do direito penal*. Tese (Livre-Docência) –Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *Valor, norma e injusto penal: Considerações sobre os elementos normativos do tipo objetivo no Direito Penal contemporâneo*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

BENNINGTON, Geoffrey. Entrevista com Geoffrey Bennington. [Entrevista cedida ao] Núcleo de Estudos em Ética e Desconstrução. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (org.). *Desconstrução e ética: ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

BENTHAM, Jeremy. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Kitchener: Batoche Books, 2000.

BERCOVICI, Gilberto. A problemática da constituição dirigente: algumas considerações sobre o caso brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 36 n. 142, abr./jun. 1999.

_____. *Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. Democracia, Inclusão Social e Igualdade. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – CONPEDI, XIV, 2006, Fortaleza, CE. *Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/043.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. Revolution trough Constitution: the Brazilian's directive Constitution debate. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 7-18, jan./abr. 2014.

BERCOVICI, Gilberto; SOUZA, Luciano Anderson de. Intervencionismo econômico e direito penal mínimo: uma equação possível. In: OLIVEIRA, William Terra de; LEITE NETO, Pedro Ferreira; ESSADO, Tiago Cintra; SAAD-DINIZ, Eduardo (orgs.). *Direito penal econômico: estudos em homenagem aos 75 anos do Professor Klaus Tiedemann*. São Paulo: LiberArs, 2013.

BETTIOL, Giuseppe. *Direito Penal*. Tradução e notas do professor José da Costa Júnior e do magistrado Alberto Silva Franco. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977. v.1.

BIRNBAUM, Johann Michael Franz. *Sobre la necesidad de una lesión de derechos para el concepto de delito*. Tradução José Luiz Gusmán Dalbora. Buenos Aires: Editorial B de f, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Parte Geral. v. 1.

BOBBIO, Norberto. *El positivismo jurídico*. Lecciones de Filosofía del Derecho reunidas por el doctor Nello Morra. Madri: Editorial Debate S.A., 1993.

_____. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. **Escritos sobre derechos fundamentales**. Trad. Juan Luis Requejo Pagés e Ignacio Villaverde Menéndez. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 1993.

BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. *Stato, costituzione, democrazia: studi di teoria della costituzione e di diritto costituzionale*. Trad. Michele Nicoletti e Omar Brino. Milão: Giuffrè, 2006.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 15.ed.São Paulo:Malheiros. 2005.

BOROWSKI, Martin. *La estructura de los derechos fundamentales*. Trad. Carlos Bernal Pulido. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *O princípio da proporcionalidade na produção legislativa brasileira e seu controle judicial*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 18, n. 85, jul.-ago. 2010.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; ESTELLITA, Heloisa. Extinção de punibilidade no RERCT: figuras penais contempladas e (algumas das) excluídas In Regime especial de regularização cambial e tributária (RERCT): aspectos práticos. (Coord.) Aldo de Paulo Junior, Eduardo Perez Salusse e Heloisa Estellita. 1. Ed. São Paulo: Editora Noeses, 2016.

BREDA, Juliano; BITENCOURT, Cezar Roberto. *Crimes contra o sistema financeiro nacional & contra o mercado de capitais*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2010.

BUCHARD, Christoph. Proporcionalidad, derechos fundamentales y ley penal. In: LASCURAÍN SÁNCHEZ, Juan Antonio; RUSCONI, Maximiliano (dir.). *El principio de proporcionalidad penal*. Buenos Aires: Editorial Ad Hoc, 2014.

_____. O princípio de proporcionalidade no “direito penal constitucional” ou o fim da teoria do bem jurídico tutelado na Alemanha. Trad. Fabíola Girão de Monteconrado. In: AMBOS, Kai; BÖHM, María Laura (coord.). *Desenvolvimentos atuais das ciências criminais na Alemanha*. Brasília-DF: Gazeta Jurídica, 2013.

BUSATO, Paulo César. *Direito penal e ação significativa: uma análise da função negativa do conceito de ação em Direito Penal a partir da filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CÂMARA, Edna Torres Felício. *Robert Alexy e o argumento de injustiça: teoria, aplicação e debate*. Dissertação apresentada na Universidade Federal do Paraná. 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/>. Acesso em 16 de março de 2020.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. Direitos humanos e direito penal: limites da intervenção estatal no estado democrático de direito In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). *Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva: criminalista do século*. São Paulo: Método, 2001.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O Direito na Sociedade Complexa*. 2 ed. Saraiva: São Paulo, 2011.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Direitos Fundamentais e Direito Privado*. Tradução de Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. 2. Ed. Coimbra: Almedina. 2009.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Constituição dirigente e vinculação do legislador: contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

CÁRDENAS GRACIA, Jaime. Noción, justificación y críticas al principio de proporcionalidad (*Idea, validation and criticism of the principle of balancing*). *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, ano 47, n. 139, jan./abr. 2014.

CASTIÑEIRA, Maria Teresa; RAGUÉS, Ramon. Three strikes. El principio de proporcionalidad en la jurisprudencia del Tribunal Supremo de los Estados Unidos. In: CARBONELL, Miguel; GRÁNDEZ CASTRO, Pedro P. (coord.). *El principio de proporcionalidad en el derecho contemporáneo*. Lima: Palestra, 2010.

CHARLES, Taylor (org.). *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CHIASSONI, Pierluigi. *O enfoque analítico na filosofia do direito: de Bentham a Kelsen*. Trad. Heleno Taveira Torres e Henrique Mello. São Paulo: Contracorrente, 2017.

_____. Tres ejercicios para una crítica del objetivismo moral. Con una premisa sobre la *grundphilosophie*. In: BELTRÁN, Jordi Ferrer; RATTI Giovanni B. (eds.). *El realismo jurídico genovés*. Madrid: Marcial Pons, 2011.

_____. Un baluarte de la modernidad: notas defensivas sobre el constitucionalismo garantista. *DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho*, n. 34, p. 101-120, 2011.

CHOMSKY, Noam. *Problemas do conhecimento e da liberdade*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

COMANDUCCI, Paolo. Formas de (neo)constitucionalismo: un análisis metateórico Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005. (Edição digital a partir de *Isonomía*, n. 16, p. 90-112, 2002).

_____. Il neocostituzionalismo ideológico. In: FANLO CORTÉS, I.; MARRA, R. (eds.). *Filosofia e realtà del diritto*. Studi in onore di Silvana Castignone. Torino: Giappichelli, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. Brasil: verso e reverso constitucional. *Cadernos IHU ideias*, ano 11, n. 197, 2013. p. 14. Disponível em: <https://cpalsocial.org/documentos/420.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018 . Acesso em: 20 mar. 2018.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Considerações sobre o estado atual da teoria do bem jurídico à luz do harm principle. In: GRECO, Luís; MARTINS, Antonio (org.). *Direito penal como crítica da pena: estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70o aniversário em 2 de setembro de*

2002. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

_____. *Direito penal econômico e direito administrativo sancionador: ne bis in idem como medida de política sancionadora integrada*. Tese (Livre-Docência em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CRUZ, Flavio Antônio da. Gestão temerária, evasão de divisas e aporias. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 86, p. 99-147, set./out. 2010. Disponível em: http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=81871 . Acesso em: 8 jan. 2020.

_____. *O confronto entre o concurso formal de crimes e o concurso aparente de normas penais no direito brasileiro: revisão crítica sob os influxos de uma hermenêutica emancipatória*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DE GIORGI, Raffaele. *Ciência do Direito e Legitimação: crítica da epistemologia jurídica alemã de Kelsen a Luhmann*. Tradução de Pedro Jimenez Cantisano. Curitiba: Juruá, 2017.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *La racionalidad de las leyes penales*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

DÍAZ, Elías. *Ética contra política: los intelectuales y el poder*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990. (tradução nossa).

DIETER, Maurício Stegemann. *Política Criminal Atuarial: a criminologia do fim da história*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. *A Racionalidade das Leis Penais: Teoria e Prática*. Tradução Luiz Regis Prado. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. La retribución comunicativa como teoría constructivista de la pena: ¿El dolor penal como constructo comunicativo? *Revista para el Análisis del Derecho*, n. 2, 2008.

_____. Teoría de sistemas y Derecho penal: hacia una ciencia constructivista del Derecho Penal. In: DÍEZ, Carlos Gómez-Jara (org.). *Teoría de sistemas y Derecho Penal: fundamentos y posibilidades de aplicación*. Granada: Colmares, 2005.

DIMOULIS, Dimitri. Neoconstitucionalismo e moralismo jurídico. In: SARMENTO, Daniel (org.). *Filosofia e teoria constitucional contemporânea*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 213-225. Disponível em: https://www.academia.edu/1615334/Neoconstitucionalismo_e_moralismo_jur%C3%ADdico . p. 6-7. Acesso em: 19 jan. 2020.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. *Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais*. 6. Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil Conteúdo e Tecnologia Ltda, 2019.

DONINI, Massimo. La relación entre derecho penal y política: método democrático y método científico. *REJ – Revista de Estudios de la Justicia*, n. 4. 2004. Disponível em: <http://web.derecho.uchile.cl/cej/recej/recej4/archivos/Metodo%20democratico-Donnini%209.pdf> . Acesso em: 23 fev. 2020.

_____. Principios constitucionales y sistema penal. Modelo y programa. In: LUZÓN PEÑA, Diego-Manuel. *Derecho penal del estado social y democrático de derecho: libro homenaje a Santiago Mir Puig*. Madrid: La Ley, 2010.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Tradução de Ephraim F. Alves; Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DWORKIN, Ronald. *Law's Empire*. 5. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. *Uma questão de princípio*. Trad. Luís Carlos Borges. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARIA, José Eduardo. *Direito e economia na democratização brasileira*. São Paulo: Malheiros, 1993.

FELDENS, Luciano. *A constituição penal: a dupla face da proporcionalidade no controle de normas penais*. 1. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

FELDENS, Luciano; SCHMIDT, Andrei Zenkner. *O crime de evasão de divisas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

FERRAJOLI, Luigi. *Derecho y razón: Teoría del garantismo penal*. Tradução de Perfecto Andrés Ibáñez et al. 6. ed. Madrid: Trotta, 2004.

_____. *El garantismo y la filosofía del derecho*. Colombia: Universidad Externado de Colombia, 2000.

_____. *Principia Iuris*. Una discusión teórica. DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho, n. 31, pp. 393-434, 2008.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Função social da dogmática jurídica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FERREIRA DA CUNHA, Paulo. *A constituição do crime: da substancial constitucionalidade do direito penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

FERRÉ OLIVÉ, Juan Carlos. *Derecho penal y competencias de las Comunidades Europeas*. *Cuadernos de Política Criminal*, n. 48, p. 811-830, 1992. Disponível em: http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=41471 . Acesso em: 6 jan. 2020.

FISCHER-LESCANO, Andreas. *Crítica da concordância prática*. In: CAMPOS, Ricardo (org.). MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto; LOPES, José Reinaldo de Lima (coords.). *Crítica da Ponderação: Método constitucional entre a dogmática jurídica e a teoria social*. São Paulo: Saraiva, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRISCH, Wolfgang. *Comportamiento típico e imputación del resultado*. Madrid: Marcial Pons, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Organização Pierre Fruchon. Tradução Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GARCIA AMADO, Juan Antonio. *La filosofía del derecho de Habermas y Luhmann*. Bogotá:

Universidad Externado de Colombia, 1997.

GARCÍA FIGUEROA, Alfonso. *Criaturas de la moralidad: una aproximación neoconstitucionalista al Derecho a través de los derechos*. Madrid. Editorial Trotta, 2009.

GARLAND, David. *A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Tradução de André Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *O princípio da proporcionalidade no Direito Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

GONZÁLEZ AGUDELO, Gloria. Incidencia de las Normas Internacionales y Comunitarias en la Protección Penal de los derechos laborales del menor de edad. Especial referencia a la medida de “Prestaciones en beneficio de la comunidad”. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología* (RECPC), n. 14, 2012. Disponível em: <http://criminnet.ugr.es/recpc/14/recpc14-03.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

GOODMAN, Nelson. *Maneras de hacer mundos*. Madrid: Machado Libros, 1990.

GRECO, Luís. A relação entre o direito penal e o direito administrativo no direito penal ambiental: uma introdução aos problemas da acessoriedade administrativa. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 14, n. 58, p. 152-194., jan./fev. 2006. Disponível em: http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=57923. Acesso em: 8 jan. 2020.

_____. *As razões do direito penal*. Quatro estudos. Coordenação e tradução Eduardo Viana, Lucas Montenegro e Orlandino Gleizer. São Paulo: Marcial Pons, 2019.

_____. Dogmática e ciência do direito penal: a Bernd Schünemann, por ocasião de seus 70 anos em 1º de novembro de 2014. In: GRECO, Luis. *As razões do direito penal*. Quatro estudos. Coordenação e tradução Eduardo Viana, Lucas Montenegro e Orlandino Gleizer. São Paulo: Marcial Pons, 2019 e ROXIN, Claus. *Política criminal e sistema jurídico-penal*. Tradução Luis Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

GUASTINI, Riccardo. *La sintaxis del derecho*. Madrid: Marcial Pons, 2016.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Princípio da Proporcionalidade e Devido Processo Legal. In: SILVA, Virgílio Afonso da (org.). *Interpretação Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2010.

GÜNTHER, Klaus. *Teoria da argumentação no direito e na moral: justificação e aplicação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

_____. *Conhecimento e interesse*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *Direito e democracia entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. I.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. Doze lições. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

HART, H. L. A. *O conceito de direito*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

HASSEMER, Winfried. Derecho penal simbólico y protección de bienes jurídicos. Trad. Elena Larrauri. In: BUSTOS RAMÍREZ, Juan (dir.). *Pena y Estado: función simbólica de la pena*. Santiago: Editorial Jurídica ConoSur, 1995.

_____. El principio de proporcionalidad como límite de las intervenciones jurídico-penales. In: LASCURAÍN SÁNCHEZ, Juan Antonio; RUSCONI, Maximiliano (dir.). *El principio de proporcionalidad penal*. Buenos Aires: Editorial Ad Hoc, 2014.

_____. Puede haber delitos que no afecten a un bien jurídico penal? In: HEFENDEHL, Roland. *La teoría del bien jurídico: fundamento de legitimación del derecho penal o juego de abalorios dogmático?*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

HEFENDEHL, Roland. Uma teoria social do bem jurídico. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 18, n. 87, p. 103-120, nov./dez. 2010. p. 109. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=82512 . Acesso em: 23 fev. 2020.

HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem* . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *Ser e tempo*, parte I. Tradução Márcia de Sá Calvalcante. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999.

HILGENDORF, Eric; VALERIUS, Brian. *Direito penal: parte geral*. Tradução Orlandino Gleizer. São Paulo: Marcial Pons, 2019.

HORTA, Frederico. *Elementos normativos das leis penais e o conteúdo intelectual do dolo: da natureza do erro sobre o elemento extrapenal em branco*. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

HRUSCHKA, Joachim. Causas de justificación y causas de exculpación: la tabla de Carnéades en Gentz y en Kant. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, v. 57, p. 5-17, 2004.

INNERARITY, Daniel. *The Future and Its Enemies: In Defense of Political Hope*. Translated by Sandra Kingery. Stanford, CA: Stanford University Press, 2012.

JAKOBS, Günther. *A imputação objetiva no Direito Penal*. 3. ed. rev. Tradução André Luís Callegari. São Paulo: RT, 2010.

_____. Danosidade social? Anotações sobre um problema teórico fundamental do direito penal. In: SAAD-DINIZ, Eduardo; POLAINO-ORTS, Miguel (orgs.). *Teoria da pena, bem jurídico e imputação*. São Paulo: LiberArs, 2012.

_____. Sociedad, norma y persona en una teoría de un derecho penal funcional. *Cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal*, v. 5, n. 9A, p. 19-58, 1999.

JAKOBS, Günther; NAVARRETE, Polaino. *Bien jurídico, vigencia de la norma y daño social*. Lima: Ara, 2010.

JESCHECK, Hans-Heinrich; WEIGEND, Thomas. *Tratado de derecho penal, parte general*. Tradução de Miguel Olmedo Cardenete. 5. ed. Granada: Comares, 2002.

KAUFMAN, Whitley R. P.; HASSEMER, Winfried. *Introdução à filosofia do direito e à teoria do*

direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KINDHÄUSER, Urs. Retribución de culpabilidad y pena. Trad. Nuria Pastor. In: KINDHÄUSER, Urs; Mañalich, Juan Pablo. *Pena y culpabilidad en el Estado democrático de derecho*. Buenos Aires: Editorial B de f, 2011.

KUDLICH, Hans. *Cuestiones fundamentales de la aplicación del Derecho penal*: contribuciones a la teoría del método y a la imputación en el Derecho penal. Madrid: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales, 2018.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LADEUR, Karl-Heinz. Crítica da ponderação na dogmática dos direitos fundamentais. In: CAMPOS, Ricardo (org.). MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto; LOPES, José Reinaldo de Lima (coords.). *Crítica da Ponderação: Método constitucional entre a dogmática jurídica e a teoria social*. São Paulo: Saraiva, 2016.

LANGENSCHIEDT Online Wörterbücher, Disponível em <https://de.langenscheidt.com/deutsch-portugiesisch/eignung> . Acesso em; 29 fev. 2020.

LASCURAÍN SÁNCHEZ, Juan Antonio; RUSCONI, Maximiliano (dir.). *El principio de proporcionalidad penal*. Buenos Aires: Editorial Ad Hoc, 2014.

LLOBET RODRÍGUEZ, JAVIEL. *Nacional-socialismo e antigarantismo penal (1933 – 1945)*. Tradução de Paulo César Busato. São Paulo: Tirant lo Blanch Teoria, 2019.

LOPERA MESA. Gloria Patricia. *Principio de proporcionalidad y ley penal*: bases para un modelo de control de constitucionalidad de las leyes penales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2006.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Filosofia analítica e hermenêutica: preliminares a uma teoria do Direito como prática. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, v. 53, n. 212, p. 203-226, out./dez. 2016.

LUDWIG, Celso Luiz. A transformação da filosofia e a libertação. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade Federal do Paraná, v. 44, p. 43-59, 2006.

LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la sociedad*. Tradução de Javier Torres Nafarrete. México: Herder; Universidad Iberoamericana, 2007. p. 209

_____. *Sociología del riesgo*. Trad. Silvia Pappe, Brunhilde Erker e Luis Felipe Segura. 3. ed. México-DF: Universidad Iberoamericana, 2006.

LUIZI, Luiz. *Os princípios constitucionais penais*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MANES, Vittorio. As Garantias Fundamentais em Matéria Penal. Entre a Constituição e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. In: D'AVILA, Fabio Roberto (org.). *Direito Penal e Política Criminal no Terceiro Milênio: Perspectivas e Tendências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 82-118. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=698337>. Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. Método e limites da interpretação conforme as fontes supranacionais em matéria penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 20, n. 97, 2012.

MANN, Thomas. *Doutor Fausto: a vida do compositor alemão Adrian Leverkühn narrada por um amigo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 99.

MARANHÃO, Juliano. *Estudos sobre lógica e direito*. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

_____. *Positivismo jurídico lógico-inclusivo*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

MARTÍN, Adán Nieto. Derecho Penal Económico y de la Empresa europeo e internacional. In: MATA BARRANCO, Norberto J. de la et al. *Derecho Penal Económico y de la Empresa*. Madrid: Dykinson, 2018.

MARTIN, Luis Gracia (org.). *Fundamentos del sistema del Derecho Penal: una introducción a las bases de la dogmática penal del finalismo*. Quito: Cevallos Editora Jurídica, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATA BARRANCO, Norberto Javier de la. Armonización europea y previsión de responsabilidad de las personas jurídicas en el Código penal español. *Revista Penal*, Valencia, n. 33, p. 32-65, jan. 2014. p. 2. Disponível em: http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=103533 . Acesso em: 6 jan. 2020.

_____. Derecho Penal comunitario y Derecho Penal estatal en la tutela penal del ambiente. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología (RECPC)*, n. 2, 2000. Disponível em: http://criminnet.ugr.es/recpc/recpc_02-04.html#II. Acesso em: 7 jan. 2020.

_____. La actuación proporcionada: una exigencia de la finalidad preventiva del derecho penal In: LASCURAÍN SÁNCHEZ, Juan Antonio; RUSCONI, Maximiliano (dir.). *El principio de proporcionalidad penal*. Buenos Aires: Ad Hoc, 2014.

MATUS ACUÑA, Jean Pierre. A Política Criminal dos Tratados Internacionais. In: D'AVILA, Fabio Roberto (org.). *Direito Penal e Política Criminal no Terceiro Milênio: Perspectivas e Tendências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 145-166. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=698337>. Acesso em: 3 jan. 2020.

MENDES, Conrado Hübner. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. Tese de Doutorado apresentada perante a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MENDONÇA, Daniel (ed.). *Compendio de una teoria analítica del derecho: Alchourrón y Bulygin em sus textos*. Madrid: Marcial Pons, 2011.

MOCCIA, Sergio. Legalità e flessibilità dell'intervento penale. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 42 Esp, v. 11, p. 133-147, 2003.

MOREIRA, Raquel Ribeiro. Filosofia da linguagem: a intencionalidade em Austin e Searle. *Revista Entrelinhas*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/viewFile/2458/1032> . Acesso em: 16 jan. 2020.

MORESO, Juan José. Comanducci sobre neoconstitucionalismo. *Isonomía*, n. 19, p. 267-282, oct. 2003. Disponível em:

https://www.academia.edu/1579658/Comanducci_sobre_neoconstitucionalismo. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. Principio de legalidad y causas de justificación: sobre el alcance de la taxatividad. *Doxa*, n. 24, p. 525-545, 2001. Disponível em: <https://upf.academia.edu/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Teoría del Derecho y neutralidad valorativa. *DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho*, n. 31, p. 177-200, 2008. p. 188-189.

MORESO, J.J.; VILAJOSANA, J. M. *Introducción a la teoría del derecho*. Madrid: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A, 2004. p. 198 e NOJIRI, Sergio. *Neoconstitucionalismo versus Democracia: um olhar positivista*. Curitiba: Juruá, 2012. p. 140.

MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MUÑOZ CONDE, Francisco. *Introducción al derecho penal*. 2. ed. Buenos Aires, Montevideu: Editorial B de F, 2001.

NARVÁEZ MORA, Maribel. *Wittgenstein y la teoría del derecho: Una senda para el convencionalismo jurídico*. Madri: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A., 2004. p. 53.

NAUCKE, Wolfgang. La progresiva pérdida de contenido del principio de legalidad penal como consecuencia de un positivismo relativista y politizado. In: INSTITUTO DE CIENCIAS CRIMINALES DE FRANKFURT (ed.). *La insostenible situación del derecho penal*. Granada: Comares, 2000.

NAVARRETE, Miguel Polaino. Para onde sopram atualmente os ventos do direito penal? In: SAAD-DINIZ, Eduardo; POLAINO-ORTS, Miguel. *Teoria da pena, bem jurídico e imputação*. São Paulo: LiberArs, 2012.

NEUMANN, Ulfrid. *O princípio da proporcionalidade como princípio limitador da pena*. Trad. Antonio Martins. Revista de Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 16, n. 71, p. 205-232, mar.-abr., 2008.

NINO, Carlos Santiago. *Los límites de la responsabilidad penal: Una teoría liberal del delito*. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1980.

NOJIRI, Sergio. *Neoconstitucionalismo versus Democracia: um olhar positivista*. Curitiba: Juruá, 2012.

OLIVEIRA, Rafael Tomaz de. *Decisão e história: uma exploração da experiência jurídica a partir das estruturas basais da decisão judicial*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, 2013.

OLMO, Rosa del. *A América Latina e a sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2004.

PALAZZO, Francesco. O princípio de determinação taxativa da lei penal. In: GRECO, Luis; MARTINS, Antonio (orgs.). *Direito penal como crítica da pena*. Estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70º aniversário em 2 de setembro de 2012. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

PASCHOAL, Janaina Conceição. *Constituição, criminalização e direito penal mínimo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

PAWLIK, Michael. *Confirmación de la norma y equilibrio en la identidad: sobre la legitimación de la pena estatal*. Trad. Ricardo Robles Planas, Nuria Pastor Muñoz e Ivó Coca Vila. Barcelona: Atelier Livros Jurídicos, 2019.

_____. El delito, ¿lesión de un bien jurídico? *Indret: Revista para el análisis del derecho*, n. 2, 2016. p. 9. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5513409>. Acesso em: 12 fev. 2020.

PODVAL, Roberto. O Bem jurídico do delito de lavagem de dinheiro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 24, p. 209-222., out./dez. 1998. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=17208 . Último acesso em 04 de março de 2020.

PORTILLA CONTRERAS, Guillermo. *El derecho penal entre el cosmopolitismo universalista y el relativismo posmodernista*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2007.

POSCHER, Ralf. Teoria de um fantasma – a malsucedida busca na teoria dos princípios pelo seu objeto. In: CAMPOS, Ricardo (org.). MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto; LOPES, José Reinaldo de Lima (coords.). *Crítica da Ponderação: Método constitucional entre a dogmática jurídica e a teoria social*. São Paulo: Saraiva, 2016.

POZZOLO, Susana. *Neocostituzionalismo e positivismo giuridico*. Bologna: Giappichelli, 2001.

PRIETO SANCHÍS, Luis. *Principia Iuris: una teoría del Derecho no (neo)constitucionalista para el Estado constitucional*. DOXA, *Cuadernos de Filosofía del Derecho*, n. 31, p. 325-354, 2008.

PRITWITZ, Cornelius. La función del derecho penal en la sociedad del riesgo – defensa de um rol necesariamente modesto. In: AMBOS, Kai (dir.); BÖHM, María Laura (coord.). *Desarrollos actuales de las ciencias criminales en Alemania*. Bogotá: Editorial Temis, 2012.

MIR PUIG, Santiago. *Derecho Penal: parte general*. 10. ed. Barcelona: Editorial Reppertor, 2015.

_____. El principio de proporcionalidad como fundamento constitucional de limites materiales del derecho penal. In: LASCURAÍN SÁNCHEZ, Juan Antonio; RUSCONI, Maximiliano (dir.). *El principio de proporcionalidad penal*. Buenos Aires: Ad Hoc, 2014.

_____. *Introducción a las bases del derecho penal: Concepto y Método*. Barcelona: BOSCH, 1976.

PULIDO, Carlos Bernal. *El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales: el principio de proporcionalidad como criterio para determinar el contenido de los derechos fundamentales vinculantes para el legislador*. 3. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007

_____. Los derechos fundamentales y la teoría de los principios: ¿Es la teoría de los principios la base para una teoría adecuada de los derechos fundamentales de la Constitución española? *Doxa: Cuadernos de filosofía del derecho*, n. 30, p. 273-291, 2007. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/13135/1/DOXA_30_35.pdf . Acesso em: 29 fev. 2020.

_____. *O direito dos direitos: escritos sobre a aplicação dos direitos fundamentais*. Tradução Thomas da Rosa Bustamante. Colaboração Bruno Stiegert. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

PUPPE, Ingeborg. *A distinção entre dolo e culpa*. Tradução de Luís Greco. Barueri: Manole, 2004.

RADBRUCH, Gustav. *Arbitrariedad legal y derecho supralegal*. Tradução de María Isabel Azareto de Vásquez. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1962.

RAMÍREZ, Juan Bustos. Necesidad de la pena función, simbólica y bien jurídico medio ambiente. In: _____. *Pena y Estado: función simbólica de la pena*. 1. ed. Santiago de Chile: Editora Jurídica ConoSur Ltda., 1995.

_____. Política criminal e injusto (política criminal, bem jurídico, desvalor do ato e do resultado). Tradução Sérgio Fragoso. *Revista de Direito Penal*, n. 30, p. 38-54, jul./set. 1980. p. 39 et seq

RAMOS VÁZQUEZ, José Antonio. *Concepción significativa de la acción y teoría jurídica del delito*. Valência: Tirant lo Blanch, 2008.

RATTI, Giovanni Battista. Neoconstitucionalismo Negativo y Neoconstitucionalismo Positivo: Negative and Positive Neo-Constitutionalism. *Ius Humani. Revista de Derecho*. v. 14, p. 227-261, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.31207/ih.v4i0.75>. Acesso em: 14 jul. 2018.

RAZ, Joseph. *Valor, respeito e apego*. Tradução Vadim Nikitin. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REALE JUNIOR, Miguel. *Instituições de direito penal, parte geral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REZIKOWSKI, Joachim. *Direito penal e teoria das normas: estudos críticos sobre as teorias do bem jurídico, da imputação objetiva e do domínio do fato*. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

RISTROPH, Alice. *Proportionality as a principle of limited government*. Duke Law Journal , Durham: Duke University School of Law, 2005, vol. 55.

ROBINSON, Paul H. *Principios distributivos del derecho penal: a quién debe sancionarse y en qué medida*. Trad. Manuel Cancio e Iñigo Ortiz de Urbina. Madrid: Marcial Pons, 2012.

ROBLES PLANAS, Ricardo. *Estudios de Dogmática Jurídico-Penal: fundamentos, teoría del delito y derecho penal económico*. Buenos Aires: Editorial B de f, 2015

_____. La tiranía de la proporcionalidad. In: GARCÍA CAVERO, Percy; CHINGUEL RIVERA, Alejandro Ignacio. *Derecho penal y persona. Libro Homenaje a Jesús-María Silva Sánchez*. Lima: Ideas Solución, 2019.

ROTSCH, Thomas. Tempos modernos: ortodoxia e heterodoxia no direito penal. In: D'ÁVILA, Fábio Roberto (org.). *Direito penal e política criminal no terceiro milênio: perspectivas e tendências*. CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITO PENAL, 8. CONGRESSO TRANSDISCIPLINAR DE ESTUDOS CRIMINAIS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

ROXIN, Claus. *Derecho penal, parte general, tomo I. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito*. Trad. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo e Javier de Vicente Remesal. 2. ed. Madrid: Editorial Civitas, 1997.

_____. El concepto de bien jurídico como instrumento de crítica legislativa sometido a examen in *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. Tradução do alemão para o espanhol por Manuel Cancio Meliá. RECPC 15-01-2013. ISSN 1695-0194. Disponível em <http://criminet.ugr.es/recpc/15/recpc15-01.pdf>. Último acesso em 18 de março de 2020.

RUSSELL, Bertrand. *Bertrand Russell's Dictionary of Mind, Matter and Morals*. Philosophical Library/Open Road, 2014. p. 98. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/242466047/Bertrand-Russell-s-Dictionary-of-Mind-Matter-and-Morals#>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SAAD-DINIZ, Eduardo. Regras de proporcionalidade e oportunidade na interpretação penal. In: OLIVEIRA, William Terra de; LEITE NETO, Pedro Ferreira; ESSADO, Tiago Cintra; SAAD-DINIZ, Eduardo (orgs.). *Direito penal econômico: estudos em homenagem aos 75 anos do Professor Klaus Tiedemann*. São Paulo: LiberArs, 2013.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Finalidades da pena, conceito material de delito e sistema penal integral*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 297. Disponível em: http://www.buscaintegrada.usp.br/primo_library/. Último acesso em 18 de março de 2020.

_____. *Tipicidade penal e sociedade de risco*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SÁNCHEZ-OSTIZ, Pablo. Sobre la proporcionalidad y el “principio” de proporcionalidad en derecho penal In: LASCURAÍN SÁNCHEZ, Juan Antonio; RUSCONI, Maximiliano (dir.). *El principio de proporcionalidad penal*. Buenos Aires: Ad Hoc, 2014.

SANTA CRUZ, Felipe; BREDÁ, Juliano (coords). *Análise do projeto de lei anticrime*: OAB Nacional. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2019. p. 6. Disponível em: <http://s.oab.org.br/arquivos/2019/05/c28c402c-db24-4d8a-9b3c-5e03235fe6a2.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2019

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Fernando Ferreira dos. *Direitos fundamentais e democracia: O Debate Habermas – Alexy*. Curitiba: Juruá, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. Constituição e proporcionalidade: direito penal e os direitos fundamentais entre a proibição de excesso e insuficiência In *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. N. 47. Março/Abril de 2004. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SCAFF, Fernando Facury. *Orçamento republicano e liberdade igual – ensaio sobre direito financeiro, república e direitos fundamentais no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

SCHLINK, Bernhard; PIEROTH, Bodo. *Direitos fundamentais*. Tradução de Antônio Franco e Antônio Francisco de Souza. São Paulo: Saraiva, 2012.

SCHMITT, Carl. *Teoría de la constitución*. Trad. Francisco Ayala. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

SCHÜNEMANN, Bernd. Dez teses sobre a relação da dogmática penal com a política criminal e com a prática do sistema penal. In: SCHÜNEMANN, Bernd. *Direito Penal, racionalidade e dogmática: sobre os limites invioláveis do direito penal e o papel da ciência jurídica na construção de um sistema penal racional*. Coordenação e tradução Adriano Teixeira. São Paulo: Marcial Pons, 2018.

_____. *Direito Penal, Racionalidade e Dogmática: Sobre os limites invioláveis do direito penal e o papel da ciência jurídica na construção de um sistema racional*. Tradução e coord. Adriano Teixeira. 1. Ed. São Paulo: Marcial Pons, 2018.

SEARLE, John R. *Consciência e linguagem*. Tradução Plínio Junqueira Smith. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. O que é a linguagem: algumas observações preliminares. In: TSOHATZIDIS, Savas L. (org.). *A filosofia da linguagem de John Searle*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SERRANO-PIEDECASAS FERNÁNDEZ, José Ramón. El conocimiento científico del derecho penal. In: ARROYO ZAPATERO, Luis Alberto; GÓMEZ DE LA TORRE, Ignacio Berdugo (coords.). *Homenaje al Dr. Marino Barbero Santos: In memoriam*. Cuenca: Ediciones de la Universidad Castilla-La Mancha, 2001. v. I.

SGUBBI, Filippo. Derecho penal comunitario. *Cuadernos de Política Criminal*, Madrid, n. 58, p. 89-123, 1996. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=15893. Último acesso em 14 de março de 2020.

SILVA SANCHÉZ, Jesús-María. ¿Adiós a un concepto unitario de injusto en la teoría del delito? A la vez, una breve contribución a la teoría de las medidas de seguridad. *Indret: Revista para el Análisis del Derecho*, n. 3, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4811705>. Acesso em: 3 jan. 2020.

_____. *Aproximação ao direito penal contemporâneo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. *Aproximación al derecho penal contemporáneo*. Buenos Aires: Editorial B de f, 2012;

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *Malum passionis*: Mitigar el dolor del Derecho penal. Barcelona: Atelier Libros Jurídicos, 2018.

_____. Diretivas de conduta ou expectativas institucionalizadas? Aspectos da atual discussão sobre a teoria das normas. Tradução de Alamiro Velludo Salvador Netto e Renato de Mello Jorge Silveira. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 79, v. 17, p. 134-157, 2009.

_____. *La expansión del derecho penal*: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales. 2. ed. Madrid: Civitas, 2001.

_____. La influencia de la obra de Günther Jakobs en el espacio jurídico-penal hispanoablante. *Indret – Revista para el análisis del derecho*, 1.2019.

_____. *Malum passionis*: mitigar el dolor del Derecho penal. Barcelona: Atelier Libros Jurídicos, 2018.

_____. ¿Política criminal “moderna”? Consideraciones a partir del ejemplo de los delitos urbanísticos en el nuevo código penal español. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 23, p. 9-23, 1998.

SILVA, Virgílio Afonso da. O Proporcional e o razoável. *Revista dos Tribunais*, v. 798, 2002.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. A segurança como critério de estipulação de crimes. In: GRECO, Luís; MARTINS, Antonio (org.). *Direito Penal como crítica da pena: estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70. aniversário em 2 de setembro de 2012*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

_____. Bem jurídico-penal: leituras conflituosas. In: SAAD-DINIZ, Eduardo; POLAINO-ORTS, Miguel. *Teoria da pena, bem jurídico e imputação*. São Paulo: LiberArs, 2012. p. 131.

_____. *Direito penal econômico como direito penal de perigo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Direito penal supra-individual: interesses difusos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. *Fundamentos da adequação social em direito penal*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Repatriação e crime: aspectos do binômio crise econômica e direito penal*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

SOUZA FILHO, Ademar Borges de. *O controle de constitucionalidade da leis penais no Brasil: graus de deferência ao legislador, parâmetros materiais e técnicas de decisão*. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

SOUZA, Luciano Anderson de. *Dos crimes praticados por particular contra a Administração em geral (arts. 328 a 337-A)* In Código Penal Comentado. Miguel Real Júnior (Coord.). 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017

STEINMETZ, Wilson. Princípio da Proporcionalidade e Atos de Autonomia Privada Restritivos de Direitos Fundamentais. In: SILVA, Virgílio Afonso da (org.). *Interpretação Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2010.

STRECK, Lenio Luiz. Bem jurídico e constituição: da proibição de excesso à proibição de proteção deficiente ou de como não há blindagem contra normas penais inconstitucionais. *Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra*, v. 80, p. 303-345., 2004. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=78850 .

_____. *Hermenêutica jurídica e(m) crise*. 11. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

_____. *Verdade e consenso: Constituição, hermenêutica e teorias discursivas*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SÜB, Frank. El trato actual del mandato de determinación. In: INSTITUTO DE CIENCIAS CRIMINALES DE FRANKFURT (ed.). *La insostenible situación del Derecho Penal*. Granada: Comares, 2000.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. Crimes tributários e Anistia: aspectos práticos In: *Regime especial de regularização cambial e tributária (RERCT): aspectos práticos*. (Coord.) Aldo de Paulo Junior, Eduardo Perez Salusse e Heloisa Estellita. 1. Ed. São Paulo: Editora Noeses, 2016

_____. *Culpabilidade*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TAVARES, Fábio Antônio. O crime de evasão de divisas sob a ótica do direito penal mínimo. 1. Ed. São Paulo: LiberArs, 2015.

TAVARES, Juarez. *Fundamentos de teoria do delito*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2018.

_____. Os objetos simbólicos da proibição: o que se desvenda a partir da presunção de evidência. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 19/20, p. 89-101, jan./jun. 2012.

_____. *Teoria do Injusto penal*. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

TAYLOR, Charles. A Política de Reconhecimento. In: TAYLOR, Charles (org.). *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TERRADILLOS BASOCO, Juan María. Los principios de lesividad y proporcionalidad como límites al poder punitivo In: MARIS MARTÍNEZ, Stella (comp.). *Garantías constitucionales en el proceso penal*. I. Buenos Aires: Defensoría General de la Nación, 2009. p. 65-98.

TEUBNER, Günther. Economics of Gift – Positivity of Justice: The Mutual Paranoia of Jacques Derrida and Niklas Luhmann. *Theory, Culture and Society*, n. 18, p. 29-47, 2001. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8ed0/2d198c207bfdec02edf6d3e43ada4902afff.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

_____. La constitucionalización de la sociedad global. Trad. Manuel Cancio Melía. In: TEUBNER, Gunther. *El derecho como sistema autopoiético de la sociedad global*. Trad. Manuel Cancio Melía e Carlos Gómez-Jara Díez (ed.). Lima: ARA Editores, 2005.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de direito penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

TÓRTIMA, Fernanda Lara; TÓRTIMA, José Carlos. *Evasão de divisas: uma crítica ao conceito territorial de saída de divisas contido no paragrafo único do art. 22 da lei 7.492*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

URQUIZO OLAECHEA, José. Límites a la intervención penal: el principio de proporcionalidad. In: SCHÜNEMANN, Bernd et al. *Cuestiones actuales del sistema penal: crisis y desafíos*. Lima: Ara, 2008.

VARGAS PINTO, Tatiana. *Delitos de peligro abstracto y resultado: determinación de la incertidumbre penalmente relevante*. Navarra : Thomson Aranzadi, 2007.

VÁZQUEZ, José Antonio Ramos. *Concepción significativa de la acción y teoría jurídica del delito*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008.

VIANA, Eduardo. *Dolo como compromisso cognitivo*. São Paulo: Marcial Pons, 2017.

VIVES ANTÓN, Tomás Salvador. *Fundamentos del sistema penal: acción significativa y derechos constitucionales*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2011.

VOGEL, Joachim. Estado y tendencias de la armonización del derecho penal material en la Unión Europea. *Revista Penal*, Valencia, n. 10, p. 112-129, jul. 2002. Disponível em: http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=39233 . Acesso em: 9 jan. 2020.

_____. Evaluación de los sistemas penales: contribución a una política criminal racional. In: Díez Ripollés, José Luis; Prieto del Pino, Ana María; Soto Navarro, Suzana (eds.). *La política legislativa penal en occidente: una perspectiva comparada*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2005. (Tirant criminología y educación social. Serie mayor

_____. La internalización del Derecho Penal y del Processo Penal. *Revista Penal*, n. 22, Jul. 2008. VOGEL, Joachim. Política Criminal y Dogmática Penal Europeas. *Revista Penal*, n. 11 p. 138-150, 2003. Disponível em: <http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/> . Último acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

_____. Legislación penal y ciencia del derecho penal. (Reflexiones sobre una doctrina teórico-discursiva de la legislación penal.) *Revista de Derecho Penal y Criminología*, n. 11, p. 249-265, 2003.

_____. Política Criminal y Dogmática Penal Europeas. *Revista Penal*, n. 11, p. 138-150, 2003. p. 150. Disponível em: <http://www.cienciaspenales.net>.

VON HIRSCH, Andrew. *Proportionality in the philosophy of punishment. Crime and Justice*, Chicago: The University of Chicago Press, vol. 16, 1992.

VON HIRSCH, Andrew; SEELMANN, Kurt; WOHLERS, Wolfgang. Introdução. ¿Qué son los “mediating principles”? Trad. Ricardo Robles Planas. In: VON HIRSCH, Andrew; SEELMANN, Kurt; WOHLERS, Wolfgang. *Límites al derecho penal: principios operativos en la fundamentación del castigo*. Edição espanhola a cargo de Ricardo Robles Planas. Barcelona: Atelier, 2012.

WARAT, Luis Alberto. *O direito e a sua linguagem*. 2. ed. aum. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

WELZEL, Hans. *Derecho penal: parte general*. Tradução do alemão para o espanhol por Carlos Fontán Balestra. Buenos Aires: Roque Depalma Editor, 1956.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 2. ed. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *Tratado lógico-filosófico. Investigações filosóficas* (edição conjunta). 2. ed. Tradução M. S. Lourenço. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

WOHLERS, Wolfgang. Derecho penal como ultima ratio. ¿Principio fundamental del derecho penal de um Estado de Derecho o principio sin un contenido expresivo propio? Trad. Núria Pastor Muñoz. In: VON HIRSCH, Andrew; SEELMANN, Kurt; WOHLERS, Wolfgang. *Límites al derecho penal: principios operativos en la fundamentación del castigo*. Edição espanhola a cargo de Ricardo Robles Planas. Barcelona: Atelier, 2012.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Tradução Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZAGREBELSKY, Gustavo. *El derecho dúctil: ley, derechos, justicia*. Madrid: Trotta, 1995.

ŽIŽEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.